



OS SURUÍ DE RONDÔNIA: RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SURUÍ OF RONDÔNIA: RESISTANCE AND PROTAGONISM IN SEARCH OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Ronie Peterson Silvestre¹

<https://orcid.org/0000-0002-2567-0364>

Fernando Santos da Silva²

<https://orcid.org/0000-0002-4894-1323>

Wilson João Zonin³

<https://orcid.org/0000-0002-3364-5599>

Rosislene de Fátima Fontana⁴

<https://orcid.org/0000-0003-2504-1928>

RESUMO: Muitas comunidades indígenas buscam em seu território meios de obter renda a fim de suprir as diversas necessidades de seus integrantes. Para tanto, criam projetos atrelados ao desenvolvimento sustentável, quase sempre dialogando com ONGs, Universidades e agentes governamentais. Contudo, alcançar resultados positivos dessas iniciativas e das interações com outras estruturas depende de muitos esforços e da capacidade de aprender com os erros. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é descrever e discutir as experiências do povo Paiter Suruí da Terra indígena Sete de Setembro (TISS) pela busca do desenvolvimento sustentável. Para tanto utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental e, complementarmente, entrevista com um dos representantes de uma associação indígena a fim de atualizar algumas informações levantadas durante as pesquisas bibliográficas. Mesmo sob pressões externas acerca de seu território, o povo Paiter Suruí tem demonstrado capacidade de agência ao longo dos anos, com a criação dos projetos Pamine de reflorestamento e o REDD+. As experiências verificadas neste trabalho apontam para a perspectiva da sustentabilidade desejada na Agenda 2030, por promover a integridade ecológica do território, por integrar as dimensões econômicas, sociais, culturais, ecológicas e éticas, cuidando da terra, da água, da biodiversidade e do clima.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável. Povo Paiter Suruí. Protagonismo indígena.

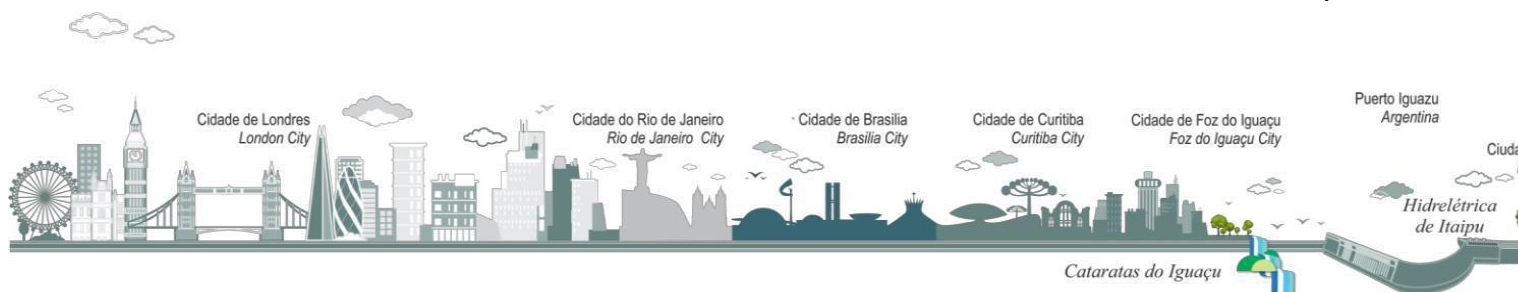
ABSTRACT: Many indigenous communities seek in their territory ways to earn income in order to meet the diverse needs of their peoples. Therefore, they create projects linked to sustainable development, almost always in dialogue with NGOs, Universities and government agents. However, achieving positive results from these initiatives and interactions with other structures depends on a lot of effort and the ability to learn from mistakes. In this sense, the objective of this article is to describe and discuss the experiences of the Paiter Suruí people from Indigenous land Sete de Setembro (TISS) in the search for

¹ Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável. Unioeste. Brasil. ronie@unir.br

² Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável. Unioeste. Brasil. silva92.fernando@gmail.com

³ Docente do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste. Brasil. wzonin@yahoo.com.br

⁴ Docente da Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Unioeste. Brasil. rosislene.fontana@unioeste.br





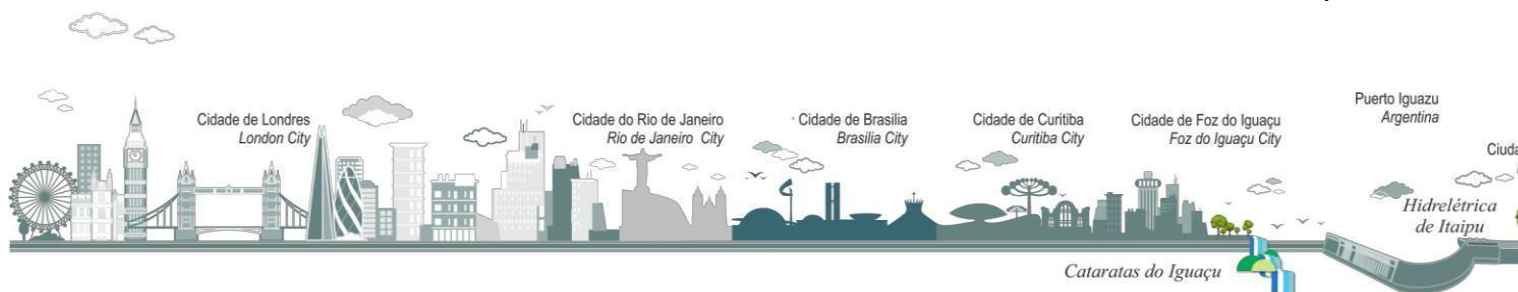
sustainable development. For this purpose, bibliographical and documentary research was used and, in addition, an interview with one of the representatives of an indigenous association in order to update some information collected during the bibliographical research. Even under external pressures regarding their territory, the Paiter Suruí people have demonstrated their capacity for agency over the years, with the creation of the Pamire reforestation projects and REDD+. The experiences verified in this work point to the perspective of sustainability desired in the 2030 Agenda, for promoting food production, preserving the ecological integrity of the territory, for integrating the economic, social, cultural, ecological and ethical dimensions, taking care of the land, of water, biodiversity and climate. A timeline of the experiences of sustainable projects is presented.

Key words: sustainable development. Paiter Suruí people. indigenous protagonism.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas são, em grande parte, responsáveis pela diversidade bio-cultural mundial. Eles representam 5% da população mundial, possuem 80% da diversidade cultural do planeta, conservam 80% da biodiversidade do mundo em seus territórios, cultivam 65% das espécies vegetais consumidas e produzem 60% dos medicamentos à base de plantas (MALDONADO, 2009). Contudo, proteger os seus territórios e viver a partir deles tem sido um processo muitas vezes confuso, por estarem de alguma forma integrados a uma estrutura fundamentalmente mercantilista. Desestruturados e desarticulados de sua forma particular de viver por meio de colonizações violentas, agora os povos indígenas passam a fazer de seu território não unicamente um local que abriga as suas manifestações culturais, suas histórias e suas crenças ancestrais, pois também criam e desenvolvem atividades que além de servir de subsistência, também são fonte de renda para eles.

Contudo, as comunidades indígenas já reconhecem que essas fontes de renda não poderão comprometer a integridade do meio ambiente e de sua vida social e cultural. Deverá ser desenvolvido diferentemente da lógica pela qual o mundo moderno se formou e esse deve ser o desafio maior, considerando que os seus territórios continuam a ser ambicionados por atividades que historicamente são fonte de degradação ambiental e de exclusão social. Diante dessas condições, os povos indígenas lutam por encontrar formas de obtenção de renda que sejam capazes de conciliar a preservação das florestas e da biodiversidade e fortalecer sua identidade ao território por meio da valorização de seus costumes. De fato, essas lutas também propiciaram o alcance de direitos e normatizações importantes, como a Lei nº 6.001,





de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que destaca o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e acesso ao território; a própria Constituição Federal de 1988 e, entre outras, o Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

Mais recentemente, os povos indígenas têm lutado contra projetos de Lei e Medidas Provisórias que atacam diretamente contra suas vidas e seus direitos, com destaque para a PL 490/2007 que em suma, inviabiliza a demarcação de Terras Indígenas no Brasil. Esse projeto de Lei ganhou força no governo de Jair Bolsonaro que também tem buscado facilitar a atividade mineradora em Terras indígenas por meio da PL 191/2020, além de facilitar o cadastramento de imóveis em Terras indígenas através da Instrução Normativa nº 9 da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Os povos indígenas em seus territórios expressam, em muitos casos, sua capacidade de agência em diálogo com as estruturas externas. Diversos pesquisadores têm se debruçado em compreender quais tem sido os modelos e os projetos desenvolvidos por essas comunidades ou o quão sustentáveis são (BARBOSA *et al.*, 2017; MARIMON e LIMA, 2019; SOUZA *et al.*, 2015). Ou ainda, como tem sido as relações econômicas com os atores externos e quais tem sido os impactos desses projetos sobre a equidade social e os valores culturais das comunidades (NEVES, 2015; SILVA *et al.*, 2020; VITEL *et al.*, 2013).

O Povo Paiter Suruí que vive na Terra Indígena Sete de Setembro - TISS nos estados de Rondônia e Mato Grosso, mantiveram fortes conflitos para defender seus territórios das invasões pelos não índios nos anos 60 e 70, quando o governo federal decidiu colonizar aquele estado sem considerar seus habitantes originais. Contudo, atualmente seus quase 1.400 integrantes, vivem de forma bastante pacífica com os não índios os quais mantêm também diversas relações. Além de produzirem para a própria subsistência, são reconhecidos pelos seus artesanatos e comercializam diversos produtos da floresta e cafés especiais. Em 2009 o povo Paiter Suruí criou o primeiro projeto de Crédito de Carbono em uma Terra Indígena no Brasil. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a descrever como tem sido as experiências do povo Paiter Suruí pela busca do desenvolvimento sustentável.





Após as duas primeiras seções que tratam dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e a caracterização do povo estudado, são discutidos os projetos desenvolvidos pelos Paiter Suruí e uma linha do tempo dessas experiências é apresentada.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, Agenda 2030

Após os legados que fundaram as discussões sobre o desenvolvimento sustentável que ocorreram nos anos 80 e 90, um dos documentos mais significativos criados foi a Carta da Terra, lançada em Haya no dia 29 de junho de 2000. Para Boff (2014, p. 13)

A carta da terra, um dos documentos mais inspiradores do início do século XXI, nasceu de uma consulta feita durante oito anos (1992-2000) entre milhares de pessoas de muitos países, culturas, povos, instituições, religiões, universidades, cientistas, sábios e remanescentes das culturas originárias. Ela representa um chamado sério acerca dos riscos que pesam sobre a humanidade. Ao mesmo tempo enuncia, cheia de esperança, valores e princípios a serem compartilhados por todos, capazes de abrir um novo futuro para a nossa convivência nesse pequeno e ameaçado planeta.

A Carta da Terra propunha quatro princípios que deveriam servir como uma visão de valores compartilhados entre todas as pessoas e instituições em todo o mundo: I. Respeitar e cuidar da comunidade de vida; II. Integridade ecológica; III. Justiça social e econômica; e IV. Democracia, não-violência e paz (CARTA DA TERRA, 2000). Esses quatro princípios foram divididos em outros dezesseis temas e 61 subtemas. A Carta da Terra norteou inclusive os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU, que é a mais recente agenda para o desenvolvimento sustentável. Com um prazo ousado de ser alcançado até 2030, os ODS são compostos por 17 objetivos (Quadro 1) e 169 metas que abrangem quatro P's: Pessoas, Planeta, Prosperidade e Paz (ZONIN *et al.*, 2017) de maneira interdependente e indissociável (ONU, 2015).





Quadro 1 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

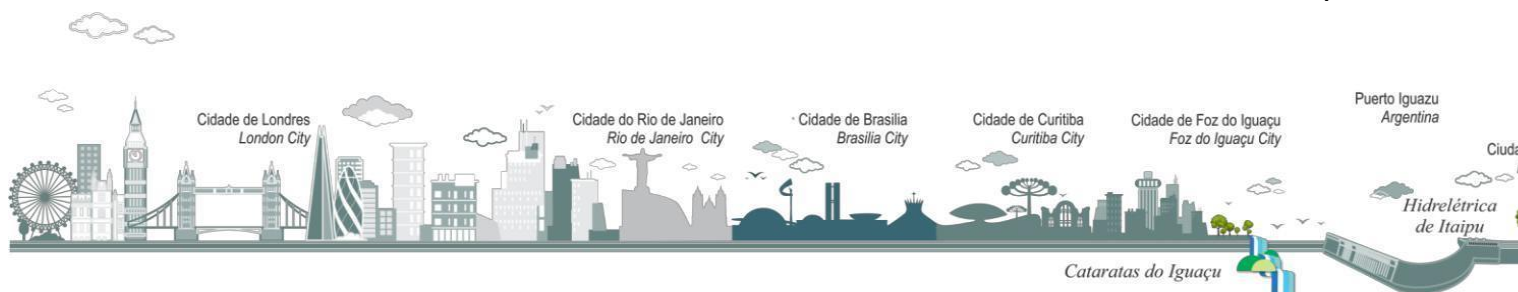
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
7	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e inovação.
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.
14	Conservar e usar sustentavelmente oceanos, mares e recursos marinhos.
15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e perda de biodiversidade.
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado da ONU (2015).

Mesmo muito antes da Carta da Terra ou dos ODS, os povos indígenas já possuíam uma relação de reciprocidade e respeito com o meio ambiente e com a vida (ALCANTARA e SAMPAIO, 2017). Entretanto, em uma estrutura neoliberal, suas práticas sustentáveis passaram a conviver de maneira conflituosa frente aos interesses meramente econômicos dos não índios sobre seus territórios (LITTLE, 2002). Nesse sentido, o conceito de etnodesenvolvimento passa a ser uma busca para os povos indígenas em manter sua autonomia sobre as formas alternativas de produção econômica, além da autonomia sobre as suas culturas e crenças (AZANHA, 2002; STAVENHAGEN, 1985). Para Little (2002, p. 40):

No plano político, o etnodesenvolvimento dá um recorte étnico aos debates sobre a questão da autodeterminação dos povos e, no processo, questiona, pelo menos parcialmente, as noções excludentes de soberania nacional. No plano econômico, as práticas de etnodesenvolvimento tendem a ocupar o

IJERRS - ISSN 2675 3456 - V.4, N.2, 2022 p. 5



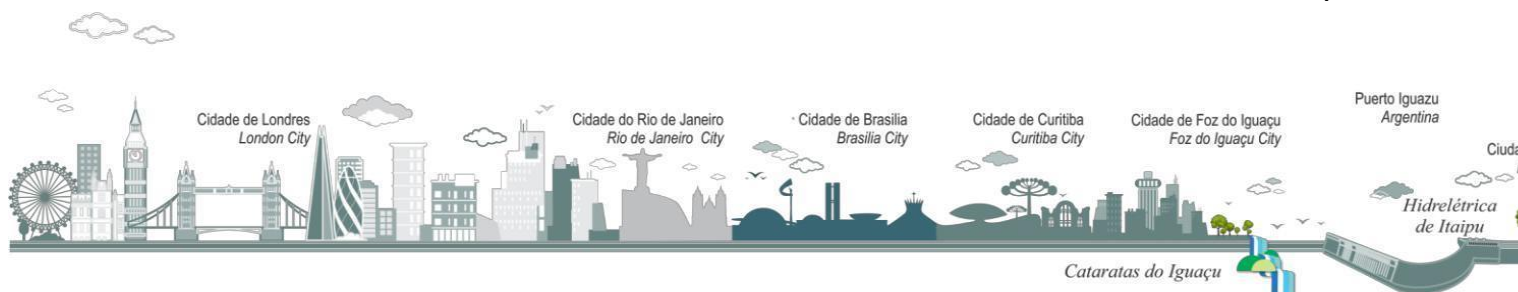


lugar de “alternativas” econômicas, particularmente onde a ideologia neoliberal é predominante.

Os povos indígenas ainda são dependentes de políticas públicas principalmente nas áreas de educação e saúde, contudo, eles podem ser considerados protagonistas para o alcance de alguns ODS. A agricultura sustentável bem como a agroecologia e a manutenção de sementes crioulas é uma prática comum entre as comunidades indígenas (LEFF, 2002), evidenciado no ODS 2, enquanto são responsáveis por abrigar em seus territórios preservados grandes ecossistemas, biodiversidade, mananciais de águas além de evitar a emissão de gases de efeito estufa (WALKER *et al.*, 2020), o que favorece o alcance dos ODS 6, 13 e 15. É possível que o conhecimento e a sabedoria indígena e suas formas de organização auxilia a “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável” como preconiza o ODS 16, o que fortalece as discussões sobre a grande importância em garantir os direitos e a dignidade dos povos indígenas e a garantia de seus Territórios intactos.

Uma brevíssima história dos Suruí

O povo Suruí também autodenominado pelos próprios indígenas de Paiter estão localizados na Terra indígena Sete de Setembro, território de aproximadamente 248 mil hectares, que abrange as cidades de Cacoal e Espigão do Oeste, em Rondônia e Rondolândia, no Mato Grosso (TERRAS INDÍGENAS, 2021). Muitas vezes também são tratados como os Suruí de Rondônia. São classificados quanto a língua falada como Tupi-Mondé. O povo Suruí é organizado por meio de quatro clãs, Gãmeb, Gaggir, Makor e Kaban “que é a base do sistema de governança, organização política e do sistema de parentesco” (SURUÍ, 2018, p.43), sendo que cada clã possui um chefe ou cacique. Em 2010 o povo Paiter Suruí criou o parlamento Paiter que une os quatro clãs em torno de uma instância para debates democráticos, decisões, reivindicações e implantação de políticas internas. O Parlamento é formado por conselho dos anciãos, parlamentares eleitos pela população e o líder maior do Povo Paiter Suruí (SURUÍ, 2018).





No passado os Suruí viviam em uma vasta região que abrangia parte do Mato Grosso e parte de Rondônia, em um corredor contíguo onde viviam outros povos de língua Tupi Mondé: os Gaviões, os Zorá e os Cinta Largas. Não diferente de toda a história de massacres, exploração e desprezo contra os povos indígenas, os Suruí também carregam uma vida de luta pelos direitos sobre o seu território e pela sobrevivência de seu povo. Segundo relatos do próprio povo (SURUÍ *et al*, 2016), a população dos Suruí era de, aproximadamente, 5.000 pessoas antes do contato oficial com o governo, em 1969, e que quase foram extintos pela gripe, sarampo e tuberculose. De fato, em 1974 restavam apenas 170 pessoas (MINDLIN, 1984). A TI Sete de Setembro abriga atualmente 1.375 indígenas (SESAI, 2014) distribuídos em 27 aldeias (CARDOZO, 2011). A cultura e a história dos Suruí são bem retratadas por meio de depoimentos de diversos anciãos do povo, em Histórias do começo e do fim do mundo de Suruí *et al* (2016).

As décadas de 60, 70 e início dos anos 80 do século XX foram os períodos que ocorreram as maiores invasões, conflitos e mortandade. Observa-se que o poder público tinha na Fundação Nacional do Índio - FUNAI o seu instituto para proteger os indígenas durante a colonização. Uma 'colonização' agressiva e atrapalhada dirigida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esse último lotava as florestas e as distribuía, enquanto a FUNAI tinha a responsabilidade de proteger os indígenas dos milhares de colonos e fazendeiros que recebiam como legítima propriedade demarcada pelo governo. Nesse 'far-west' de luta pela terra' como dizia a professora Betty Mindlin (1984), haviam grandes fazendeiros do sul do país, desempregados, famílias agricultoras sem-terra, grandes empresas mineradoras e madeireiros (MARTINS, 1981; MINDLIN, 1984). Como os Suruí não desistiram de expulsar os colonos de suas terras e os conflitos só agravavam, o Governo Federal resolveu em 1983 homologar a demarcação da Terra Indígena Sete de Setembro. Porém, foi apenas a partir de 1986, após a expulsão dos últimos invasores (SURUÍ *et al.*, 2016), que os conflitos foram se amenizando e os Suruí puderam restabelecer suas aldeias.

Contudo o povo Suruí se deparou com um mundo novo ao reconhecer que o contato realizado na última década com o não índio havia modificado muito o modo de viver dos indígenas. A dependência das tecnologias e das trocas mercantis foram inevitáveis.





Entenderam ainda, que a luta pelos seus direitos não poderia se dar mais por meio da guerra física. Nas palavras de Itabira Suruí:

Nós lutamos muito para acontecer a demarcação. Nessa luta nos encontramos com o Ailton Krenak. Ele era nosso parceiro, nos ajudava. Ele criou uma organização, a União das Nações Indígenas, dizendo que só através de uma entidade o povo indígena poderia defender a nossa terra. Ele trazia muita notícia boa. Nós acreditamos e também criamos a Metareilá para nos defender de outra maneira, sem a flecha e o arco. Brigando com a letra, com o documento (SURUÍ *et al.*, 2016, p. 123).

A capacidade de planejamento, de organização e de articulação dos Suruí ficou reconhecida. Diversos projetos têm sido desenvolvidos na busca pela autossuficiência e a distribuição de renda entre o povo, aliados à preservação ambiental de seu território e a valorização de sua cultura (SILVA, 2012). Essas ações são frequentemente realizadas por meio da associação Metareilá que provavelmente seja a primeira iniciativa organizada dos Suruí de Rondônia. A Associação foi criada em 1988 com o propósito de representar e garantir os direitos do povo e lutar contra a extração de madeiras na Terra Indígena, uma vez que a FUNAI agia contra a vida desses indígenas. De fato, nessa época o presidente do órgão, Romeu Jucá, autorizou a invasão de suas terras por empresas mineradoras e madeireiras (ALESSI, 2016; METAREILÁ, 2000; SURUÍ *et al.*, 2016).

A Metareilá permanece sendo a principal organização de articulação e representação do Povo Paiter Suruí, sendo que atualmente seu presidente é também o líder maior de seu povo (PAITER SURUÍ, 2022). A Metareilá possui objetivos divididos em 5 eixos: defender o direito dos povos indígenas, saúde e segurança alimentar, fortalecer a economia do Povo Paiter Suruí, capacitação dos jovens, educação e cultura e sustentabilidade Ambiental (PAITER SURUÍ, 2022). Algumas características dos Projetos considerados mais relevantes, bem como os maiores entraves para a realização dessas ações constam das discussões apresentadas a seguir, sendo tais projetos, igualmente demonstrados a partir de uma linha do tempo.





METODOLOGIA

A fim de descrever e discutir as experiências do povo Paiter Suruí pela busca do desenvolvimento sustentável, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Complementarmente, também foi realizada entrevista com um dos representantes da associação Metareilá. A entrevista foi necessária a fim de atualizar algumas informações levantadas durante as pesquisas bibliográficas e documentais. A entrevista foi gravada remotamente no dia 12/04/2021 e depois transcrita para o artigo. Foram consultadas as bases Google acadêmico e Portal de Periódicos da Capes a partir dos termos “Paiter Suruí”, “Suruí” com a finalidade de classificar artigos que abordassem projetos sustentáveis desenvolvidos pelos Suruí de Rondônia.

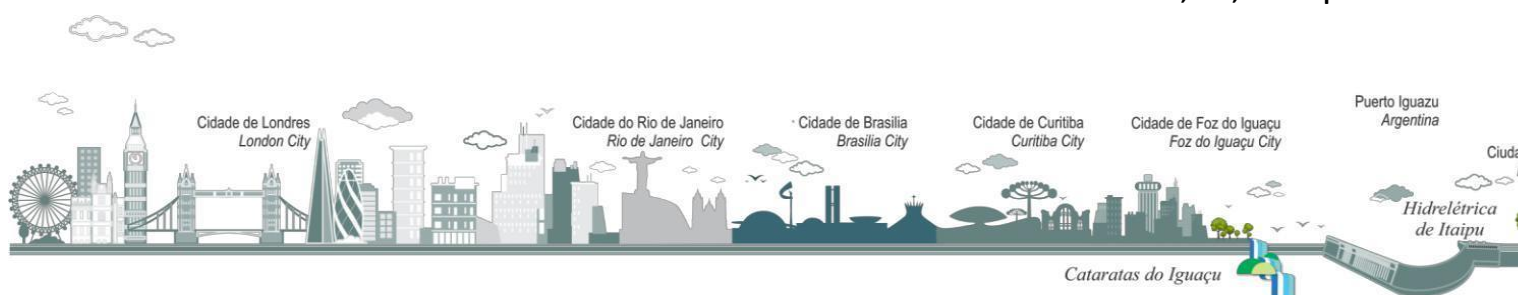
Também foram analisados os seguintes documentos disponíveis na Web: Diagnóstico agroambiental participativo, Plano de gestão etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro e Etnozoneamento Paiterey Garah. Esses documentos eram frequentemente citados nos artigos estudados e dessa forma verificou-se a necessidade de analisá-los e classificá-los como iniciativas importantes para o etnodesenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca do Etnodesenvolvimento sustentável: experiências desenvolvidas

Os diversos projetos experimentados ao longo do tempo pelo Povo Paiter Suruí são apresentados na Figura 1. Para alguns projetos como o REDD + foi possível um aprofundamento maior mediante as pesquisas bibliográficas e documentais, outros, contudo, necessitam de maior aprofundamento por meio de estudos empíricos. Esses últimos foram citados na entrevista em 15/04/2021 e possuem aderência à busca pelo desenvolvimento sustentável praticados pelas aldeias como o artesanato, a catação e a venda de castanha do Brasil, plantações em sistemas agroflorestais, piscicultura e apicultura.

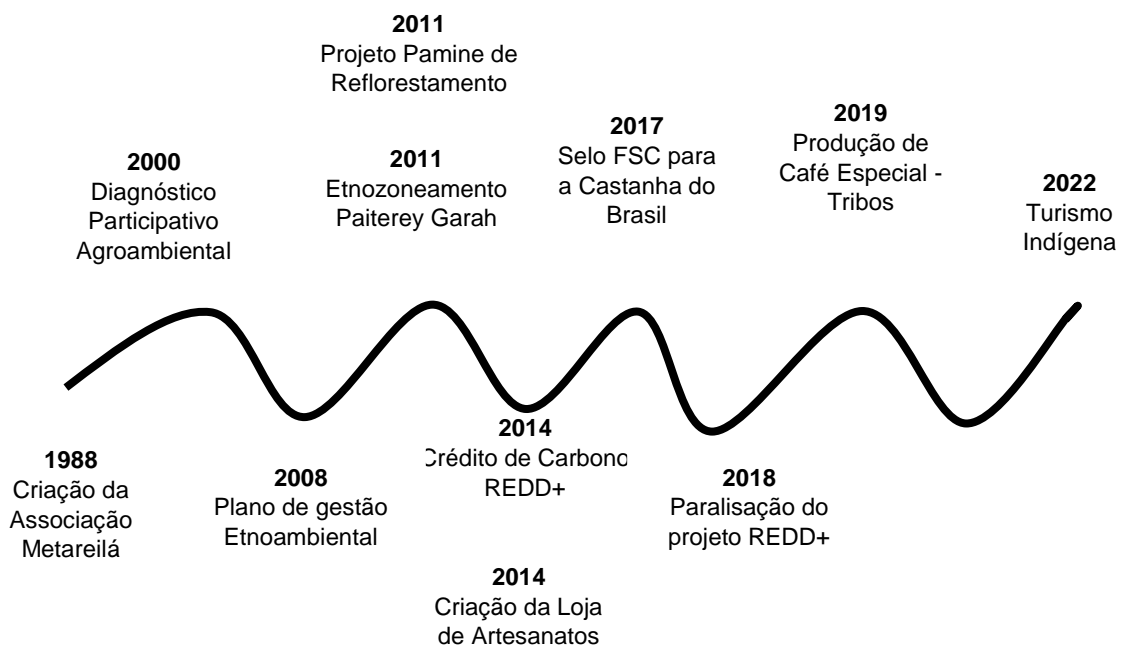
Entre as ações seminais e de grande relevância para a efetivação de todas as demais iniciativas dos Paiter Suruí, tem-se a construção dos documentos relacionados no Quadro 2: (a) Diagnóstico agroambiental participativo (2000); (b) Plano de gestão etnoambiental da





Terra Indígena Sete de Setembro (2008) e; (c) Etnozoneamento Paiterey Garah (2011). Verificou-se que a iniciativa do povo em realizar esses estudos nasceu da necessidade de registrar detalhadamente as características de seu território e dessa forma, ter condições de planejar o futuro do povo em bases sustentáveis. Notou-se que os planos e diagnósticos seguiram métodos participativos junto aos integrantes. Foi possível compreender que a criação desses documentos pretendia ser ferramentas auxiliares para combater as pressões realizadas contra o povo, uma vez que refletem o conhecimento e o controle do povo sobre o seu território.

Figura 1 - Linha do tempo dos projetos sustentáveis dos Paiter Suruí.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses documentos são frequentemente citados nos trabalhos estudados e também nos sites pertencentes ao Povo Paiter Suruí, além de estarem disponíveis para *download*, motivo pelo qual foram especificamente utilizados para análise, conforme o Quadro 2.



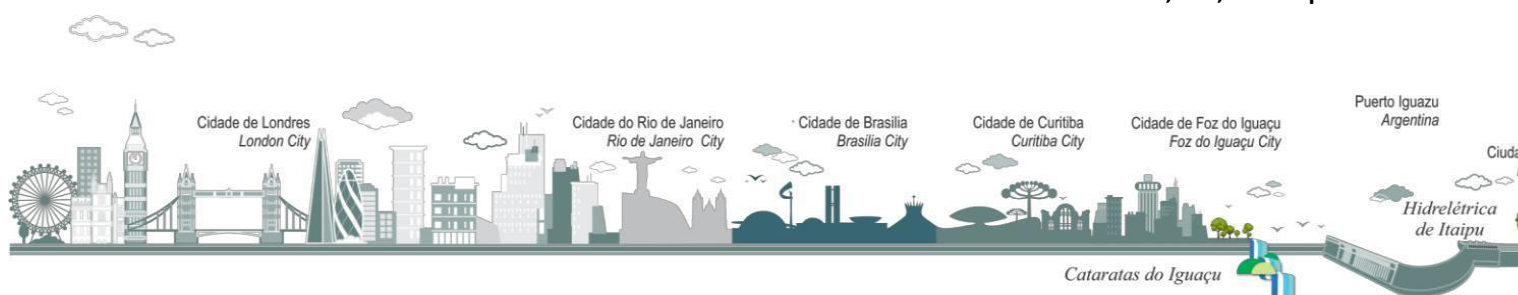


Quadro 2 – Planos de Gestão e Diagnósticos Participativos elaborados pelos Paiter Suruí.

Documento/Ano	Objetivo geral	Principais resultados
Diagnóstico agroambiental participativo (2000)	Levantar as características socioeconômicas do povo Paiter, os aspectos físicos da área no que se refere à geologia, geomorfologia, solos, vegetação, climatologia [...] recursos hídricos superficiais e fauna e flora local.	Caracterização social como: estrutura social, saúde, saneamento básico, educação, infraestrutura e cultura, lazer e recreação. Caracterização econômica como: atividades de subsistência, comercialização de café, banana, coco e pecuária. Características dos recursos naturais como: clima, geologia, relevo, pedologia, hidrografia, vegetação e fauna.
Plano de gestão etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro (2008)	Implementar o Programa Paiterey para a gestão ambiental, estabelecendo procedimentos e diretrizes para o encaminhamento das demandas socioculturais, de forma a permitir condições para o uso responsável dos recursos naturais gerando os benefícios necessários, a valorização da cultura e a conservação do meio ambiente.	Plano envolvendo objetivos nas áreas: segurança alimentar, saúde integral, educação, cultura, sustentabilidade ambiental, habitação e construções indígenas sustentadas, meios e vias de transporte, matriz energética. Objetivos mais específicos como: reestruturação dos bancos de sementes, formação de agentes indígenas de saúde e saneamento, resgate das formas de cura tradicional, métodos formais e informais de aprendizado, manejo agroambiental sustentável e SAFs, criação de abelhas nativas, viveiros florestais, proteção territorial, fontes de energia limpa.
Etnozoneamento Paiterey Garah (2011)	[Criar] o etnozoneamento da Terra Indígena Sete de Setembro.	A Terra Indígena Sete de Setembro foi dividida em Zonas de acordo com os seus costumes. Foram criadas as seguintes áreas: Paiterey Karah Katap - Zona Cultural, Palah at ah - Zona Sagrada, Gakorap ah - Zona de Caça, Morip ey Pāyah - Zona de Pesca, Garah Alawata - Zona de floresta para o extrativismo, Garah Iter - Zona de proteção integral, Sodoy Karah - Zona de Produção, Garah Pine Wah - Zona de Recuperação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Muitas dessas proposições os Suruí foram capazes de levar a cabo. O próprio Etnozoneamento foi uma delas. Neste trabalho estão registradas aquelas que receberam maior notoriedade acadêmica, sem deixar de citar algumas outras, que de fato são importantes, mas que ainda carecem de um aprofundamento de suas características por meio de análises *in loco*.





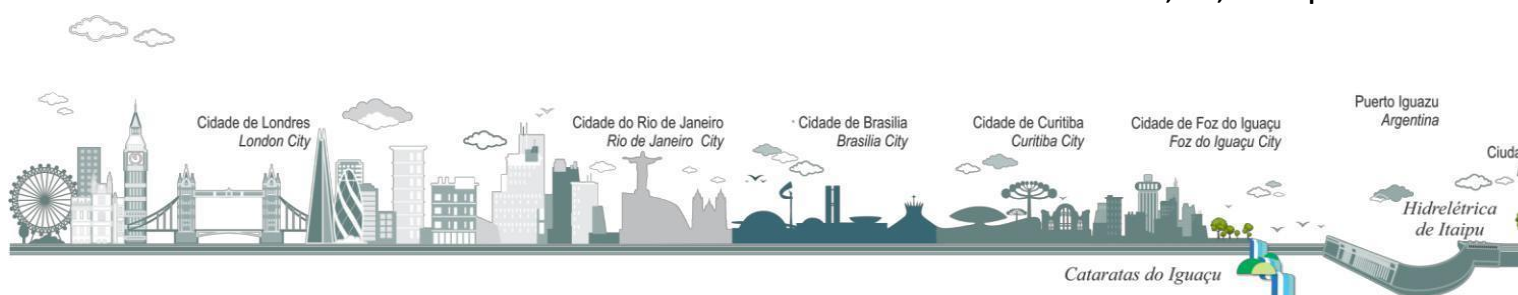
Projeto Pamine de Reflorestamento

A criação do projeto de reflorestamento da TI iniciou-se em 2003, logo após o Diagnóstico agroambiental participativo realizado no ano 2000, quando descobriram que a área já havia perdido 7% de suas florestas (BAVARESCO, 2011), causados pela extração ilegal de madeiras. Pamine na língua Tupi Mondé significa fazer renascer algo por meio da intervenção humana. Para a comunidade, o renascer da floresta é também garantir os meios de vida para a sobrevivência de seu povo (SURUÍ, 2013). O reflorestamento começou com uma área de 12 hectares cobertas com capoeira. Em 2006 foram plantadas 1.440 mudas (BAVARESCO, 2011). Ainda que assessorados por algumas Organizações não governamentais nacionais e internacionais, os atores locais foram responsáveis pelo trabalho de campo e principalmente por definir os critérios para a escolha dos tipos de árvores a serem plantadas.

Os critérios escolhidos foram as espécies muito úteis e geradoras de renda, espécies muito utilizadas na alimentação dos Paiter Suruí, espécies utilizadas na construção de casas e na confecção de instrumentos ritualísticos. Ao todo foram escolhidas 17 espécies principais: mogno, cerejeira, castanha-do-brasil, copaíba, ipê roxo, jatobá, pariri, pupunha, ingá, cedro, tucumã, açaí, babaçu, patauá, Itaúba e aroeira. Outras espécies frutíferas também foram destacadas como a manga, o abacate e o coco-da-baía (SURUÍ, 2013; BARBOSA *et al.*, 2017). A respeito dos resultados que são gerados por esse projeto, Chicoepab Suruí chegou às seguintes conclusões em 2013.

[...] d) reflorestamento trouxe resgate do próprio conhecimento para alguns dos Paiter Suruí e novo conhecimento que é do não-índio; e) há, por parte de alguns participantes do projeto, o reconhecimento da importância da floresta para saúde, educação, cultura e alternativa de renda; f) mas há também sempre presente a dificuldade de convivência dos Paiter Suruí no dia-a-dia com a cultura ocidentalizada; e g) reconhecimento por parte de alguns Paiter Suruí de que a extração ilegal de madeira é um fator que contribui para a desunião do povo (SURUÍ, 2013, p.61).

“O projeto ainda está ativo e queremos continuar...Hoje já chegaram quase 200 mil mudas plantadas. Todo ano a gente planta 2 mil, 3 mil mudas. Mas antes era 10 mil, 15 mil mudas por ano”
(Entrevista em 15/04/2021).





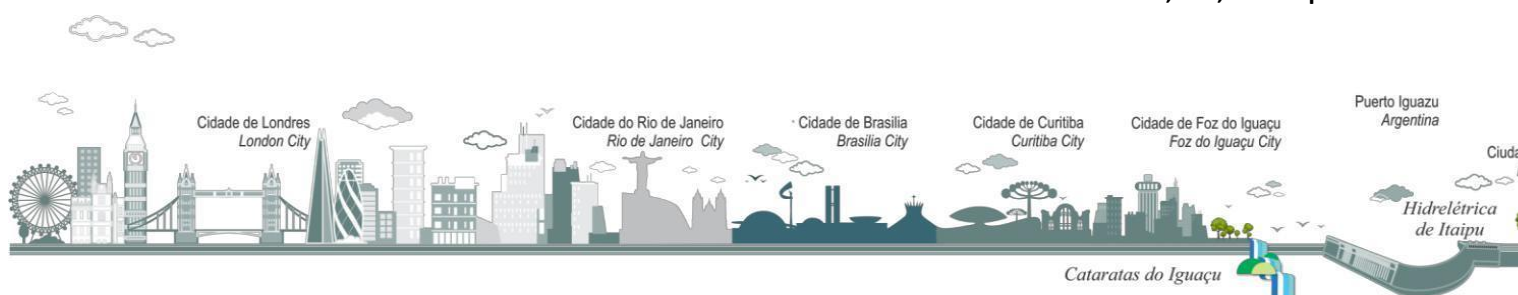
O projeto Pamine de reflorestamento que surge da valorização da floresta e sua biodiversidade desencadeia a ideia de que a floresta em pé pode ser economicamente viável, como serviços ambientais à humanidade. O Pamine é desenvolvido até hoje e, ajudou a incentivar a criação da primeira experiência brasileira de crédito de carbono em uma Terra Indígena.

Projeto REDD+

O Crédito de Carbono, conhecido tecnicamente por Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação – REDD + é um instrumento que busca remunerar a conservação das florestas, já que o seu desmatamento emitiria uma enorme quantidade de carbono para a atmosfera. Em suma, países e indústrias remuneram a conservação de florestas como forma de compensar suas altas emissões de carbono (IDESAM, 2017).

O projeto foi implantado em 2009 e foi o único projeto brasileiro oriundo de uma terra indígena (SURUÍ *et al*, 2016). Por se tratar de um projeto bastante complexo, que exige *expertise* técnica altamente qualificada, outras Instituições como o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - IDESAM também assessoraram o projeto. As discussões com a comunidade sobre a criação do projeto na TI foram realizadas a partir da associação Meier Alá, por meio de diversas reuniões em todas as aldeias. Essa deveria ser a etapa mais importante uma vez que seria avaliado as necessidades reais dos atores, as capacidades de agência e expectativas. Segundo Bavaresco (2011, p. 58) “[...] foi conduzido um processo detalhado de consentimento prévio, livre e informado, culminando na assinatura de um acordo de cooperação entre seus quatro clãs, visando a salvaguardas socioambientais para as comunidades”. Para o recebimento dos créditos de carbono a comunidade deveria provar que o projeto foi efetivo em evitar emissões de carbono e que a comunidade participou do projeto. Esses requisitos técnicos deveriam ser amplamente comprovados nos documentos do projeto estando sujeitos à análise de auditores externos (GARCIA *et al.*, 2021).

O REDD + diminuiu drasticamente o desmatamento da Terra Indígena durante os primeiros cinco anos (IDESAM, 2018; SILVA *et al.*, 2020). Contudo, depois desse período, o projeto foi encontrando barreiras internas e culminou na sua paralisação em 2018. O principal



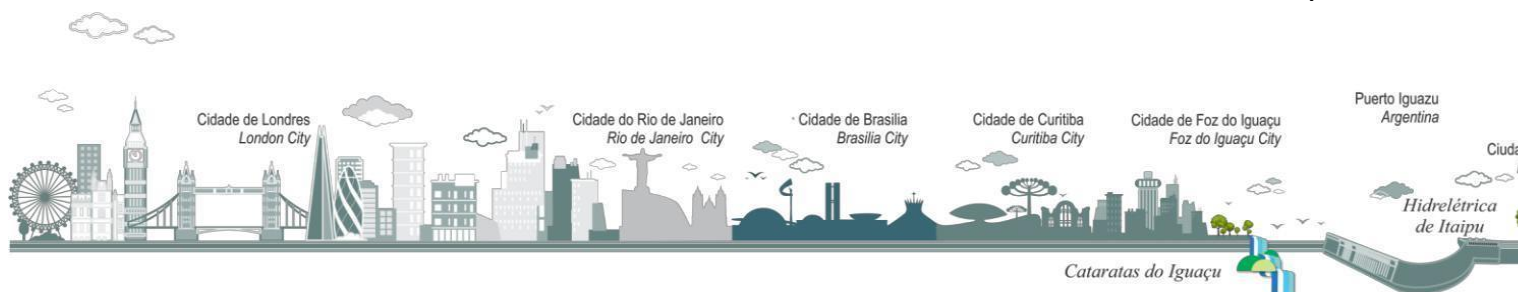


problema apontado foi o desmatamento e uso ilegal do território por madeireiros e garimpeiros e com o consentimento de algumas lideranças da comunidade (ALENCAR, 2020; IDESAM, 2018; LOPES; SOUZA, 2020) que justificavam depender da venda de madeiras para sobreviver (KILL, 2015). Para Garcia *et al.* (2021), muitos indígenas, apoiados por uma instituição católica, passaram a reclamar do valor recebido do crédito de carbono. Outros membros queixavam-se da falta de autonomia e do uso de atividades tradicionais dos indígenas em relação à terra (LUNA, 2017).

Luna (2017), ainda defende que o REDD + é mais um projeto de países desenvolvidos impondo às comunidades tradicionais seus próprios termos de negociação, ou ainda, conforme Silva (2012), uma 'mercantilização do ar' cuja natureza vai sendo precificada pelo capitalismo. Ainda, para Kill (2015), o REDD + na TI Sete de Setembro gerou conflitos e iniquidades entre o povo. Segundo Garcia *et al.* (2021), esses conflitos que levaram ao desvio das proposições originais do projeto por algumas pessoas da comunidade poderiam ter sido minimizados se os pagamentos fossem regulares. "Quando os proponentes do projeto podem contar com vendas contínuas de crédito de REDD + VCM, eles são menos propensos a se envolver ou permitir atividades insustentáveis, como extração de madeira ou a transformação da floresta" (GARCIA *et al.*, 2021, p.12). Em entrevista, um representante da Metareilá afirma que a comunidade realmente teve conflitos internos, porém querem recomeçar o projeto com alguns ajustes.

"Dentro de uma terra indígena, por mais que a gente seja um povo, nunca algo vai agradar todo mundo 100%. O projeto foi feito de forma correta, com vários estudos, estudos jurídicos, teve o parecer favorável da AGU. Então foi um projeto piloto...como um exemplo. Pela experiência que já passamos nós temos que readequar a área onde o carbono será captado, definir uma área nas aldeias que querem trabalhar com isso, porque muitas aldeias nos procuraram depois disso. Isso fortalece ainda mais. Hoje a Metareilá começou uma discussão nova para que possamos dar continuidade nesse projeto de carbono". (Entrevista em 15/04/2021).

O conteúdo da entrevista corrobora com alguns estudos realizados sobre REDD + na TISS e em outros locais, revelando incongruências entre os resultados pretendidos e algumas consequências que possivelmente não foram previstas durante o processo.



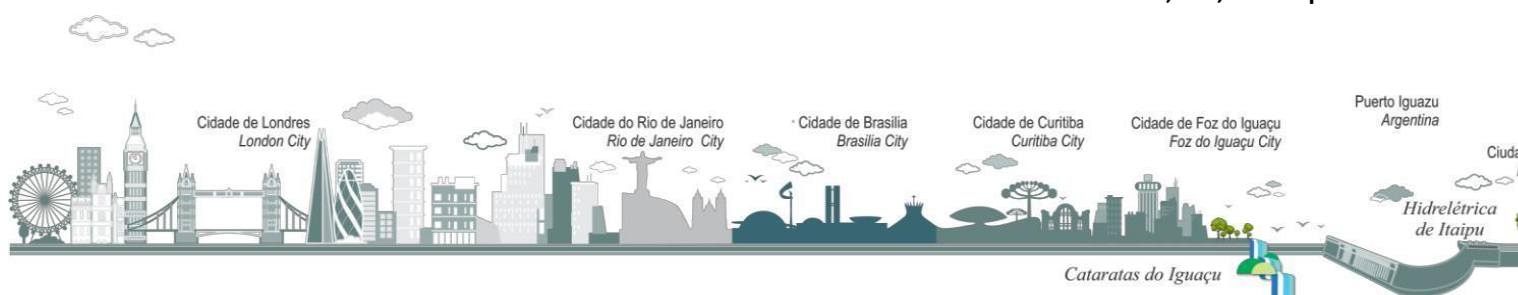


O cultivo de Café especial e outras experiências

Os Suruí de Rondônia têm uma história e relação curiosa com os cafezais. As primeiras plantações foram fruto das invasões em seu território por colonos vindo principalmente do sul do país nos anos 70. Nas palavras de Mindlin (1984, p. 207), “A retirada dos colonos em 1981 trouxe um novo sopro para a vida econômica Suruí, pois passaram a ocupar parte das plantações de café abandonadas pelos colonos e a cultivá-las com a intenção de vender café no mercado”. De fato, as receitas da colheita de 1982 foram utilizadas para defender o território de novas invasões (METAREILÁ, 2000).

No ano 2000, após o Diagnóstico Agroambiental Participativo, é evidenciado que os indígenas não tinham conhecimentos técnicos sobre a cultura e muitas aldeias acabaram abandonando as lavouras. O documento também relata que os indígenas aprendiam a cultivar e plantar cafezais com os colonos vizinhos, aderindo inclusive, à utilização de agrotóxicos. Ou seja, eles plantavam, cultivavam, colhiam e vendiam como qualquer outro agricultor tradicional, sofrendo também com as negociações assimétricas por parte das cerealistas (METAREILÁ, 2000; SURUÍ *et al.*, 2016). Diversas aldeias permaneceram insistindo nos cafezais, melhorando suas estruturas e aplicando novas tecnologias. Com o passar do tempo as aldeias passaram a produzir cafés especiais e orgânicos e a participar de concursos que premiam a qualidade do café robusta (FUNAI, 2019).

O projeto mais recente da comunidade é a produção de cafés especiais para a empresa 3 Corações, denominado Cafés especiais 100% Robusta Amazônico. Em um site específico para o projeto denominado de Tribos, denominação que também recebe o café comercializado, a empresa afirma que o lucro das vendas desse café é revertido para a ‘promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas com iniciativas atreladas aos pilares do projeto’, como o protagonismo do indígena, à proteção da floresta e a produção de café de alta qualidade (PROJETO TRIBOS, 2021). Participam da iniciativa as Cooperativas indígenas Garah Itxá, Coopaiter, Doá Txatô e Coopsur que agregam 132 famílias da comunidade. Organizações parceiras como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater e a própria empresa investem em capacitação e infraestrutura (PROJETO TRIBOS, 2021).





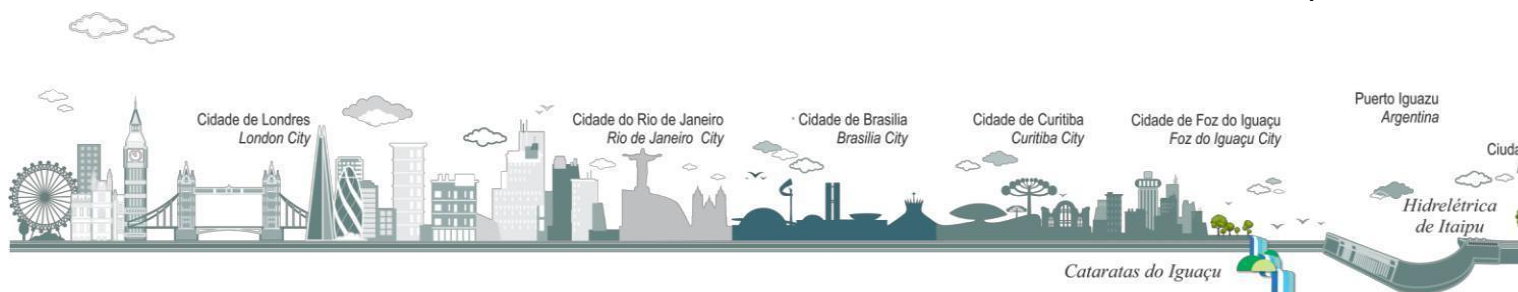
Contudo, ainda não existem pesquisas abordando a relação da Empresa e o Povo Suruí e em que medida a “parceria” está, de fato, contribuindo para o desenvolvimento sustentado.

Outras experiências alinhadas ao etnodesenvolvimento foram citadas apenas na entrevista e são aqui abordadas superficialmente, necessitando de outras pesquisas. A maioria diz respeito à comercialização dos alimentos presentes na TI, como a castanha do Brasil, e que também estão fortemente arraigados com suas crenças como o amendoim, o milho e o cará (SURUÍ *et al.*, 2016). Segundo o entrevistado, os Suruí ainda vendem seus produtos por preços muito baixos via intermediários, o que os levam a buscar meios de atingir melhores preços por meio de certificações como no caso da castanha do Brasil, que recebeu a certificação *Forest Stewardship Council* - FSC (Entrevista em 15/04/2021). Por outra via, também buscam vender produtos diretamente ao consumidor, como no caso dos artesanatos, que em 2014 passaram a ser comercializados também por meio de uma loja física criada pelas mulheres Suruí, na cidade de Cacoal/RO.

Os artesanatos se mantêm como uma atividade muito inerente à própria cultura do povo Paiter Suruí e como fonte de renda complementar (BARBOSA *et al.*, 2017; SILVA, 2012). Os alimentos e os artesanatos produzidos pelo povo Suruí são temas que merecem ser analisados e discutidos com maior profundidade sob os aspectos da sustentabilidade, o que não foi possível neste trabalho. O povo Suruí de Rondônia por meio da Metareilá está retomando os estudos para a implantação do Turismo Indígena (Entrevista 15/04/2021) que deverá seguir os preceitos de sustentabilidade (ARENHART; FONTANA, 2019). Um diagnóstico participativo sobre a atividade em algumas aldeias, inclusive com a indicação de diretrizes e possíveis atrativos foram realizados por Leandro (2011) e Schneider e Alvarenga (2015).

COP 26: o protagonismo internacional do Povo Paiter Suruí em defesa dos povos indígenas

Enquanto esse artigo era finalizado, Txai Suruí, uma jovem Paiter Suruí de 24 anos, estudante de direito e ativista, foi a única brasileira a discursar na abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2021, em Glasgow (EL PAÍS, 2022). A Conferência





das Partes – COP, realizou a sua vigésima sexta cúpula anual, a COP 26, considerada a mais importante conferência sobre mudanças climáticas do planeta. Os países presentes discutiram objetivos como garantir a emissão líquida zero no mundo até meados do século, manter 1.5 grau celsius ao alcance e adaptar para proteger comunidades e habitats naturais (COP 26, 2021). Em seu discurso, entre outros assuntos, Txai Suruí, falou sobre as consequências das mudanças climáticas “[...] os rios estão morrendo, nossas plantações não florescem como antes. A Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo” (EL PAÍS, 2022).

Também lembrou da perseguição sofrida pelos indígenas no Brasil ao falar sobre o assassinato de um líder indígena em Rondônia em 18 de abril de 2020, “Enquanto vocês estão fechando os olhos para a realidade, o guardião da floresta Ari Uru-Eu-Wau-Wau, meu amigo de infância, foi assassinado por proteger a natureza” (EL PAÍS, 2022; EXAME, 2022). O presidente brasileiro Jair Bolsonaro criticou a fala de Txai Suruí na ONU, o que provocou o envio de mensagens de ódio nas redes sociais contra a jovem indígena (EL PAÍS, 2022). Em entrevista ao El País em 9 de novembro de 2021, Txai Suruí afirmou que sua família sempre viveu sob ameaças e que já precisaram ser protegidos pela Força Nacional. O discurso da Jovem Suruí na COP 26 reconhece a importância dos povos indígenas para o alcance dos ODS, uma vez que já tem sido evidenciado sua capacidade de proteger a biodiversidade do planeta ao zelar pela conservação e manejo sustentável de seus territórios. Outrossim, ao discursar na ONU e não se acovardar diante das intimidações, vem à lembrança a seguinte pergunta realizada por Betty Mindlin há 37 anos sobre os Paiter Suruí. “Com a vitalidade e coragem que os caracterizam, de que resistência serão capazes e com que olhos verão o Brasil em volta?” (MINDLIN, 1984, p. 211). Esse artigo não responde a essa questão, contudo, dá pistas de que eles não apenas continuam resistindo contra a cobiça pelo seu território, como também estão pavimentando caminhos para o desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Paiter Suruí têm introduzido ações para assegurar a integridade de seu território, a qualidade de vida de seu povo e a valorização de suas tradições culturais. Desde a criação da





Metareilá, eles têm evidenciado a capacidade em dialogar com outras instituições, receber apoio e executar de fato as suas proposições. O Etnozoneamento e o Plano de gestão participativo, por exemplo, foram de suma importância para pactuar o futuro do povo e da TISS em bases sustentáveis e preparar o caminho para as demais ações. As experiências analisadas apontam para a perspectiva da sustentabilidade desejada na Agenda 2030, por promover a preservação e a integridade ecológica do território, por integrar as dimensões econômicas, sociais, culturais, ecológicas e éticas, cuidando da terra, da água, da biodiversidade e do clima. Desta forma, respeitar e preservar esta cultura indígena é contribuir para o direito dos povos à vida, é preservar uma biblioteca pública cultural e ambiental de conhecimentos e de práticas, ainda pouco acessadas e conhecidas, que se mostram cada dia mais importantes, para aprendermos com eles a cultura do cuidado dos bens de uso comum da natureza. A crise da água e da energia que já estamos experimentando, nos desafia a apoiar todas as demandas que estas comunidades originárias apresentam, bem como, trabalharmos para que eles tenham acesso a políticas públicas de inclusão econômica e social.

Contudo, as experiências dos Suruí de Rondônia pela busca do desenvolvimento sustentável têm sido marcadas por pressões internas e externas advinda de interesses antagônicos a respeito das riquezas existentes em seu território. Nesse sentido, verifica-se que não tem sido tarefa simples conciliar toda a comunidade Paiter Suruí em torno de um pacto para a sustentabilidade e de nortear ações nessa direção. Atividades sustentáveis de geração de renda em quase 248 mil hectares de floresta nativa podem diminuir muito a oportunidade dos não índios de usurpar a comunidade. Iludir alguns desses indígenas com ganhos rápidos da venda de minérios e madeiras tem sido uma arma bastante eficaz para atravancar os projetos sustentáveis da comunidade e manter a “terra aberta” para a exploração. As fontes econômicas imediatas e excludentes, como a extração de minérios e madeiras, ofuscam a visão para as oportunidades de ganhos a médio e longo prazo por meio da floresta em pé.

As experiências e os projetos aqui descritos parecem promissores e os recursos naturais abundantes, entretanto percebe-se que a comunidade ainda é extremamente dependente do assessoramento de organizações externas para a execução desses projetos. Notadamente a interferência dessas instituições, como no caso do REDD + são imprescindíveis, todavia, algumas questões ficam abertas acerca da capacidade da





comunidade em manter o controle de seus ideais e reconhecer 'o quanto' de interferência é aceitável e benéfico. No caso do projeto de crédito de carbono, não teriam as estruturas se excedido em relação aos seus próprios propósitos, deixando de atender a algumas particularidades decisivas dos atores? Ou, no mínimo, o quanto a comunidade não compreendeu de fato o que estava posto? Com respeito às alianças com empresas privadas como no caso do Café Tribos e outras que virão a surgir como a venda de produtos certificados e a atividade turística, ainda fica a preocupação sobre o quanto a comunidade utilizará sua capacidade de agência para beneficiar-se. E de modo geral, em que medida esses projetos partiram de uma perspectiva orientada aos atores? (LONG e PLOEG, 2011). Outros projetos sustentáveis não identificados nesse estudo devem estar em andamento nas diversas aldeias da TISS o que aponta uma das limitações dessa pesquisa, que foi preponderantemente bibliográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CARTA DA TERRA: **Valores y Principios para um Futuro Sustentável**. Secretaria Internacional da Carta da Terra. San José, Costa Rica.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, n. 1, p. 231-251, 2017.

ALENCAR, E. **Quinze anos depois, programas REDD + sofrem esvaziamento e buscam recomeço**: Projeto pioneiro e premiado de venda de carbono com valorização de floresta em pé, em terra indígena de Rondônia, está parado há 2 anos. 15 de novembro de 2020. O ECO.

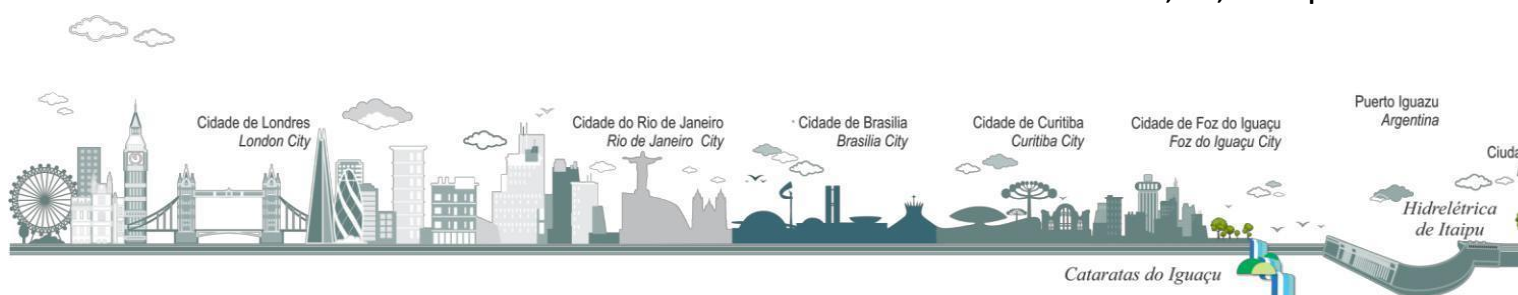
ALESSI, G. **Da Funai à Lava Jato, Romero Jucá coleciona escândalos e já perdeu ministério antes**. 24 de maio de 2016. EL PAÍS. Consultado em 17 de novembro de 2020.

ARENHART, A.; FONTANA, R, F. Reflexões sobre o Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 139-157, 2019.

AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Org.) **Etnodesenvolvimento e políticas públicas, bases para uma nova política indigenista**, Rio de Janeiro: LACED, 2002. 157p.

BARBOSA, A. R.; MENDES, M.; GOMES, M. H.; NETO, L.J. R. Aspectos de sustentabilidade dos sistemas tradicionais dos povos indígenas Paiter Suruí: social, cultural, ambiental e econômico. **Revista Tellus**, v. 17, n. 33, p. 51-70, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v17i33.435>

BAVARESCO, A. (org). **Pamine: o renascer da floresta: reflorestamento da terra indígena Paiterey Karah (TI Sete de Setembro) pelo povo Paiter Suruí – Brasília: Supernovo design, 2011.**





BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que não é. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 88.867 de 17 de outubro de 1983**. Presidências da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 490/2007**. Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 191/2020**. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020.

BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Recuperado de: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

CARDOZO, I. B. (Org.). **Etnozoneamento Paiterey Garah**: terra indígena Sete de Setembro. Porto Velho, RO: Kanindé - Associação de Defesa Etnoambiental, 2011.

CONFERÊNCIA DAS PARTES. A COP 26 explicada. *Um climate change conference UK 2021*. 25p.

EL PAÍS/BRASIL. **Txai Suruí, destaque da COP 26: “Vivo sob clima de ameaças desde que me conheço por gente”**. Por Marina Rossi. Em 09/11/2021.

EXAME. **Txai Suruí: “Não há como falar de mudança climática sem falar de pessoas”**. Por Marina Filipe e Rodrigo Caetano. Em 07/11/2021.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Instrução Normativa nº 9 de 16 de abril de 2020**. Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados. Funai, Brasília, 2020.

FUNAI. **Abril Indígena**: produção de café especial do Povo Suruí Paiter pode crescer até 60% em 2019. 16/04/2019.

GARCIA, B.; RIMMER, L.; VIEIRA, L. C.; MACKKEY. REDD+ and forest protection on indigenous lands in the Amazon. **RECIEL**. v.1, n. 1, p. 1-13, 2021.

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **REDD + integrado**: modelo financeiro para viabilizar as metas do acordo de Paris. Abril 2017. Aliança REDD + Brasil.

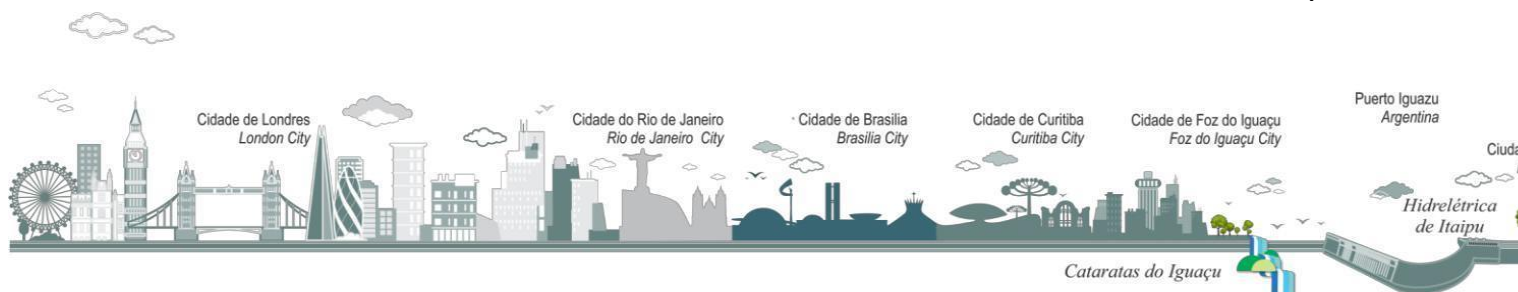
IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Mineração ilegal força suspensão do primeiro projeto de REDD+ indígena do mundo**. 2018.

KILL, J. **REDD uma coleção de contradições, conflitos e mentiras**. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais Secretariado Internacional. Montevideu, Uruguai: 2015.

LEANDRO, E. L. **Ecoturismo indígena e gestão territorial, contribuições participativas da terra indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002. Campo Grande - MS





LONG, N. PLOEG, J. D. van der. **Heterogeneidade, ator e estrutura:** para a reconstrução do conceito de estrutura. (in) Os atores do desenvolvimento rural: perspectiva teórica e práticas sociais. Sergio Schneider e Marcio Gazolla (Org). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LOPES, C. A. V.; SOUZA, R. A. Análise da cobertura florestal da Terra Indígena Sete de Setembro, entre os anos 1997 a 2017. **Revista brasileira de ciências da Amazônia**. V. 9, n. 1, p. 1-7, 2020.

LUNA, F. J. *Epistemological Spaces, Carbon Credits, and Environmental Modernity: the Suruí Forest Carbon Project*. **Transmodernity**, v. 7, n. 2, p. 2154-1353, 2017.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na américa latina gênese, características e políticas**. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Iván Bursztyn, organizadores. – Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

MARIMON, A. S.; LIMA, M. T. Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu, Brasil. **Outra Economia**, v. 12, n. 22, p. 220–237, 2019.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1981.

METAREILÁ - Associação Metareilá do Povo Indígena Paiter Suruí. **Situação grave na Terra Indígena Sete de setembro pela invasão madeireira**. Carta 077/2009 enviada ao Ministério da Justiça. 24/08/2009.

MINDLIN, B. Os suruí de Rondônia: entre a floresta e a colheita. **Revista de Antropologia**. Vol. 27 /28, 1984-1985. P. 203-211.

NEVES, S. C. A Domesticação do Turismo: estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo na Coroa Vermelha. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 13 (3): 567-580. 2015.

PROJETO TRIBOS. **Projeto que une três pilares indissociáveis e interdependentes:** protagonismo do indígena, proteção da floresta e produção de café de qualidade. <https://projetotribos.com.br/sobre/>. Acesso em: 21 mai. 2021.

SCHNEIDER, A. H.; ALVARENGA, F. Desenvolvimento participativo de produtos turísticos em terras indígenas na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.8, n.1 p.159-175, 2015.

SHAKISHEVA, D. **Integrating preservation of indigenous culture with the REDD objectives Experiences of the Suruí Carbon Project**. Uppsala: Uppsala University, 2015.

SILVA, N. T. C. **A interface entre o desenvolvimento na Amazônia e as comunidades indígenas: uma análise dos diferentes processos vivenciados pelos Suruí**. Dissertação (Mestrado em extensão rural) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2012.

SILVA, S. A. et al. de carbono gerado em terras indígenas: uma análise a partir do modelo pressão-estado-impacto-resposta (peir) de sustentabilidade ambiental. **International Journal of Development Research**, V. 10, n. 05, p. 36058-36063, 2020.

SOUZA, A. H. C.; LIMA, A. M. A.; MELLO, M. A. A.; OLIVEIRA, E. R. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. **Revista Destaques Acadêmicos**, vol. 7, n. 2, 2015 - Cchs/Univates.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, v. 84, p.11-44, 1985.





SURUÍ, C. **Reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro: uma mudança da percepção e da conduta do povo Paiter Suruí de Rondônia?** 2013. Dissertação (Mestrado em sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais). Universidade de Brasília. Brasília, 2013. 63 p.

SURUÍ, G. A. O começo de tudo. **Histórias do começo e do fim do mundo: o contato do povo Paiter.** Gaami Anine, Suruí; Itabira ~Gapoi, Suruí; ~Gathag, Angela Pappiani; Inimá Lacerda (orgs). São Paulo: Ikore, 2016. 264p.

SURUÍ, G. **Paiterey Karah:** a terra onde os Paiterey se organizam e realizam a gestão coletiva do seu território. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2018. 98p.

VITEL, C. S. M. N. et al. Land-use Change Modeling in a Brazilian Indigenous Reserve: Construction of a Reference Scenario for the Suruí REDD Project. **Springer Science Business Media.** New York, 2013.

WALKER, W. S. et al. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 6. 3015-3025, 2020.

ZONIN, W. J.; AHLERT, A.; SILVA, C. A.; GRANDI, A. M.; SILVA, N. L. S.; ZONIN, V. J.; FÜLBER, V. M. **Ética, meio ambiente e desenvolvimento rural:** questões que desafiam as ciências agrárias no Brasil. In Ciências agrárias: ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária. Maximiliane Alavarse Zambom (org) *et al* – Marechal Cândido Rondon, 2017. p 1-35.

